

**CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Setor de Administração Federal Sul - SAFS, Qd 2 Lt 3  
Edifício Adail Belmonte  
Brasília - DF - CEP: 70070-600  
Telefone: (61) 3366-9100  
www.cnmp.mp.br

**SUMÁRIO**

Presidência.....	1
Secretaria Geral.....	23
Plenário.....	26
Corregedoria Nacional.....	26

**PRESIDÊNCIA****CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

8ª Sessão Ordinária de 2022

Dia: 24/05/2022

Hora: 09:00 horas

Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público – SAF Sul, Quadra 2, Lote 3 – Brasília-DF

**PAUTA DESTA SESSÃO**

1) Aprovação da Ata da 7ª Sessão Ordinária de 2022 (10/05/2022).

**PARTE I – PROCESSOS FÍSICOS**

Incluído na Pauta da 5ª Sessão Ordinária de 2022 (19/04/2022)

2) Procedimento de Controle Administrativo nº 0.00.000.001210/2012-67 (Embargos de Declaração)

Embargante: Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul – AMPRS

Advogado: Rafael de Cás Maffini – OAB/RS n.º 44.404

Embargado: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul

Objeto: Requer a percepção retroativa, com a incidência da devida correção monetária e juros moratórios, em favor de seus associados, das diferenças entre seus vencimentos já adimplidos e o valor que resultaria da percepção do limite mínimo constitucional no patamar de 90% do subsídio do Ministro do Superior Tribunal de Justiça referente ao cargo de Procurador de Justiça, observado o escalonamento de 10% entre as entrâncias, desde 1º de janeiro de 2005 até 28 de fevereiro de 2009.

Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Origem: Rio Grande do Sul

**PARTE II – PROCESSOS ELETRÔNICOS****Processos com Pedidos de Vista**

Pedido de Vista na 3ª Sessão do Plenário por Videoconferência de 2020 (05/05/2020)

- 1) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00155/2019-81  
Requerente: Sigiloso  
Requerido: Ministério Público do Estado do Acre  
Objeto: Ministério Público do Estado do Acre. Número de servidores comissionados desproporcional ao número de servidores efetivos. Irregularidades nas nomeações. Desrespeito a princípios constitucionais.  
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves  
Origem: Acre  
Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 4ª Sessão do Plenário por Videoconferência de 2020 (12/05/2020)

- 2) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00700/2019-01  
Requerente: Sigiloso  
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí  
Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Irregularidades. Criação de diversos cargos em comissão. Prejuízo aos aprovados em concurso público para provimento de cargos de Técnico e Analista Ministerial.  
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa  
Origem: Piauí  
Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 6ª Sessão do Plenário por Videoconferência de 2020 – Continuação (16/06/2020)

- 3) Pedido de Providências nº 1.00312/2018-13  
Requerente: Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Estado do Amapá  
Requerido: Ministério Público do Estado do Amapá  
Objeto: Ministério Público do Estado do Amapá. Determinação de acesso aos autos do Procedimento Investigatório nº 0000013-71.2016.9.04.0000 aos advogados devidamente constituídos. Desrespeito a Súmula Vinculante nº 14 do Supremo Tribunal Federal. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves  
Origem: Amapá  
Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
- 4) Proposição nº 1.00448/2018-14  
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo  
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar – ANMPM; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT; Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Possibilidade de celebração de Termo de Ajustamento de Conduta no âmbito do Ministério Público brasileiro, no exercício do poder disciplinar.  
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Rinaldo Reis Lima

Pedido de Vista na 7ª Sessão do Plenário por Videoconferência de 2020 – Continuação (30/06/2020)

5) Pedido de Providências nº 1.00800/2019-39

Requerente: Conselho Regional de Serviço Social da 3ª Região

Advogada: Sabine Tams Gasperin – OAB/CE n.º 42.863

Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará

Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Alegação de atuação irregular de Membro da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Itapajé na área de Infância e Juventude. Alegação de ofensa referente à atuação profissional de assistente social. Suposta violação à Recomendação CNMP n.º 33/2016.

Relator: Cons. Moacyr Rey Filho

Origem: Ceará

Vista: Cons. Rinaldo Reis Lima  
Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 13ª Sessão Ordinária de 2020 (08/09/2020)

6) Consulta nº 1.00838/2018-11

Requerente: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte

Interessados: Anísio Marinho Neto; Associação do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte – AMPERN; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Associação dos Delegados de Polícia do Brasil – ADEPOL

Advogado: George Melão – OAB/SP n.º 384.804

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Consulta. Exigibilidade de instauração de Procedimento Investigatório Criminal. Interesse do membro em realizar investigação direta nos autos do inquérito policial.

Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves

Origem: Rio Grande do Norte

Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 5ª Sessão Ordinária de 2021 (13/04/2021)

7) Pedido de Providências nº 1.00448/2020-75

Requerente: Misael Silva Nogueira

Requerido: Ministério Público do Estado do Amapá

Objeto: Ministério Público do Estado do Amapá. Irregularidades. Pagamento de subsídios de membros. Valores acima do teto constitucional. Vedação ao recebimento de vantagens e auxílios ao subsídio.

Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa

Origem: Amapá

Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 6ª Sessão Ordinária de 2021 (27/04/2021)

8) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.01045/2020-99 (Embargos de Declaração)

Embargantes: Ministério Público do Estado da Paraíba; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP

Embargado: Ministério Público do Trabalho

Objeto: Ministério Público do Estado da Paraíba. Denúncia anônima relativa à suposta prática de “assédio moral por sobrecarga de trabalho” em face de servidores estatutários do Poder Judiciário estadual. Alegação de invasão de atribuições por

Relator: parte do Parquet laboral. Pedido de liminar.  
Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves  
Origem: Paraíba  
Vista: Cons. Rinaldo Reis Lima  
Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 9ª Sessão Ordinária de 2021 (08/06/2021)

- 9) Proposição nº 1.00415/2021-60  
Requerente: Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Institui a Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e o Sistema Nacional de Proteção de Dados Pessoais do Ministério Público brasileiro, e dá outras providências.  
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Pedido de Vista na 1ª Sessão Extraordinária do Plenário Virtual de 2021 (14/07/2021)

- 10) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00447/2017-70 (Recurso Interno)  
Recorrente: Fábio George Cruz da Nóbrega  
Recorrido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte  
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Resolução n.º 078/2017 – PGJ/RN. Regulamentação da conversão em pecúnia de férias e licenças-prêmio não gozadas por necessidade do serviço. Necessidade de serviço. Presunção. Arguição de nulidade da referida Resolução. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz  
Origem: Rio Grande do Norte  
Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 11ª Sessão Ordinária de 2021 (10/08/2021)

- 11) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00645/2020-85  
Requerente: Vanessa Fernandes Queiroga Pita  
Requerido: Ministério Público do Estado de Alagoas  
Objeto: Ministério Público do Estado de Alagoas. Concurso público para provimento de cargos. Analista do Ministério Público, área de Comunicação Social. Manutenção de servidores em cargos comissionados. Prejuízos à nomeação dos candidatos aprovados.  
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima  
Origem: Alagoas  
Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 13ª Sessão Ordinária de 2021 (13/09/2021 e 14/09/2021)

- 12) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00214/2020-46

Requerente: Estado da Bahia  
Advogado: Ruy Sergio Deiro da Paixão – OAB/BA nº 8130  
Requerido: Milane de Vasconcelos Caldeira Tavares  
Advogado: Manoel Joaquim Pinto Rodrigues da Costa – OAB/BA nº 11.024  
Interessado: Ministério Público do Estado da Bahia  
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Disseminação de coronavírus (COVID-19). Recomendação 003/2020 emitida pela 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso. Contrariedade às recomendações expedidas pela Organização Mundial da Saúde e ao regular funcionamento do Poder Executivo.  
Relator: Cons. Rodrigo Badaró Almeida de Castro  
Origem: Bahia  
Vista: Cons. Moacyr Rey Filho

Pedido de Vista na 1ª Sessão Ordinária de 2022 (08/02/2022)

13) Reclamação Disciplinar nº 1.01326/2021-50

Requerente: José Antonio dos Santos Medeiros  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso  
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso; Ministério Público do Estado de Mato Grosso  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso.  
Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Origem: Mato Grosso  
Vista: Cons. Paulo Cezar dos Passos  
Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa

Pedidos de Vista na 2ª Sessão Ordinária de 2022 (22/02/2022)

14) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.01378/2021-90

Requerente: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil  
Requerido: Ministério Público Federal  
Objeto: Ministério Público Federal. Orientação nº 12, da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão. Retroatividade da lei sancionatória mais benéfica aos acusados. Prescrição intercorrente. Prazo máximo de conclusão de inquérito civil público para apuração de atos de improbidade administrativa. Alegação de violação à autonomia dos órgãos ofiçiantes. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Cons. Engels Augusto Muniz

15) Conflito de Atribuições nº 1.00051/2022-72

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul  
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina  
Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Conflito negativo de atribuição. Protocolo MP n.º 02.2021.00071161-0. Ação Penal n.º 0002735-19.2018.8.24.0038. Execução de pena de multa oriunda de sentença condenatória proferida pela 2ª Vara Criminal da Comarca de Joinville/SC.  
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho  
Origem: Santa Catarina  
Vista: Cons. Daniel Carnio Costa

16) Conflito de Atribuições nº 1.00053/2022-80

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul  
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina  
Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Conflito negativo de atribuição. Protocolo MP n.º 02.2021.00071144-3. Ação Penal n.º 0002735-19.2018.8.24.0038. Execução de pena de multa oriunda de sentença condenatória proferida pela 2ª Vara Criminal da Comarca de Joinville/SC.  
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho  
Origem: Santa Catarina  
Vista: Cons. Daniel Carnio Costa

Pedidos de Vista na 3ª Sessão Ordinária de 2022 (15/03/2022)

17) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.01100/2017-27

Requerente: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Requeridos: Ministério Público Federal; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão  
Interessados: Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira; Sergio Gardenghi Suiama  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Nota Técnica n.º 11/2017/PCDF/MPF. Proteção à criança e ao adolescente. Atuação dos Ministérios Públicos estaduais.  
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Presidência

18) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.01105/2017-03

Requerentes: Anna Maria Amarante Brancio; Marya Olimpia Ribeiro Pacheco; Renato Barão Varalda  
Requeridos: Ministério Público Federal; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão  
Interessados: Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira; Sergio Gardenghi Suiama  
Objeto: Ministério Público Federal. Conflito de atribuições entre a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e a Justiça Estadual. Edição de Nota Técnica n.º 11/2017/PFDC/MPF. Matéria da infância e juventude.  
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Presidência

19) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00383/2019-89 (Embargos de Declaração)

Embargantes: Fernanda Alitta Moreira da Costa; Roberto Portela Mildner  
Advogados: Fábio Medina Osório – OAB/RS n.º 64975; Eduardo Silva Toledo – OAB/DF n.º 44.181  
Embargado: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Objeto: Membros do Ministério Público do Trabalho no Estado do Rio Grande do Sul. Prática de assédio moral contra servidores, estagiários e funcionários terceirizados. Procuradoria do Trabalho do Município de Santo Ângelo. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar nº 1.00773/2018-96. Portaria CNMP-CN nº 46/2019.  
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Engels Augusto Muniz

Pedidos de Vista na 6ª Sessão Ordinária de 2022 (26/04/2022)

20) Reclamação Disciplinar nº 1.00946/2020-45 (Recurso Interno)

Recorrente: Gamil Foppel El Hireche  
Advogado: Yuri Rangel Sales Feliciano – OAB/BA n.º 61.926  
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado da Bahia  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado da Bahia.  
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda  
Origem: Bahia  
Vista: Cons. Engels Augusto Muniz

21) Revisão de Processo Disciplinar n.º 1.01094/2021-58

Requerente: Cristiano Zanin Martins  
Requerido: Corregedoria do Ministério Público Federal  
Interessado: Membro do Ministério Público Federal  
Advogados: Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF n.º 34.673; Fernando Gaião Torreão de Carvalho – OAB/DF n.º 20.800; Andre Fonseca Roller – OAB/DF n.º 20.742  
Objeto: Ministério Público Federal. Revisão de Processo Disciplinar. Expediente PGR-00020423/2021. Decisão definitiva proferida pela Corregedoria Geral do Ministério Público Federal, que determinou o arquivamento da representação.  
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira  
Cons. Daniel Carnio Costa

22) Reclamação Disciplinar n.º 1.01122/2021-64

Requerentes: Mauro Henrique Chaves; Paulo Feitosa da Silva  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão  
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Maranhão; Ministério Público do Estado do Maranhão  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Maranhão.  
Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Origem: Maranhão  
Vista: Cons. Daniel Carnio Costa  
Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira

Pedidos de Vista na 7ª Sessão Ordinária de 2022 (10/05/2022)

23) Pedido de Providências n.º 1.00965/2020-80

Requerente: Ademir Antonio Brunetto  
Advogado: Helio Nishiyama – OAB/MT n.º 12.919  
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso  
Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Indeferimento de pedido de cópia de inquérito civil. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira  
Origem: Mato Grosso  
Vista: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves

24) Procedimento de Controle Administrativo n.º 1.00347/2022-66

Requerente: Associação do Ministério Público do Estado do Pará  
Advogados: Clauber Hudson Cardoso Duarte – OAB/PA n.º 23.621; Daniel Konstadinidis – OAB/PA n.º 9.167; Thiago Carvalhaes Peres – OAB/PA n.º 21.233  
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará

Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Desconstituição de ato da Corregedoria-Geral. Determinação para que a Corregedoria Geral se abstenha de realizar controle prévio dos objetivos lançados nos planos de atuação dos membros. Ausência de competência administrativa para o ato e violação ao princípio institucional de independência funcional. Resolução n.º 007/2016-CPJ-MPPA. Pedido de liminar.

Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima

Origem: Pará

Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Processos com pedido de vista regimental cancelado em razão de fim de mandato

25) Proposição n.º 1.00328/2018-90

Requerente: Orlando Rochadel Moreira

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Dispõe sobre a impossibilidade de servidor ou membro do Ministério Público requerer a aposentadoria voluntária no curso de processo punitivo disciplinar.

Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda

Origem: Distrito Federal

26) Proposição n.º 1.00509/2018-25

Requerente: Valter Shuenquener de Araújo

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Emenda Regimental. Acréscimo do inciso XX ao art. 5º, do RICNMP. Competência do Plenário para afastar, por inconstitucionalidade, e observada a maioria absoluta de seus membros, a aplicação de Lei aproveitada como base de ato administrativo objeto de controle.

Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira

Origem: Distrito Federal

27) Procedimento de Controle Administrativo n.º 1.00520/2018-21 (Recurso Interno)

Recorrente: Germano Cardoso Sociedade Individual de Advocacia

Recorrido: Ministério Público do Estado do Maranhão

Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Representação junto ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão. Alegação de que a contratação de escritório de advocacia por inexigibilidade de licitação é ilegal e lesiva ao patrimônio público. Descumprimento da Recomendação CNMP n.º 36/2016. Pedido liminar.

Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira

Origem: Maranhão

28) Proposição n.º 1.00891/2018-03

Requerentes: Erick Venâncio Lima do Nascimento; Leonardo Accioly da Silva

Interessado: Associação Brasileira dos Advogados Previdenciários

Advogado: Donne Pisco – OAB/DF n.º 22.812

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Não intervenção do Ministério Público em contratos particulares firmados entre advogados e seus constituintes. Ausência de interesse de incapazes, interesse público ou social.

Relator: Cons. Engels Augusto Muniz

Origem: Distrito Federal

29) Proposição n.º 1.00461/2019-18

Requerente: Lauro Machado Nogueira

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Regulamento de cursos oficiais para ingresso, formação inicial e vitaliciamento de membros do



Ministério Público.  
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima  
Origem: Distrito Federal

30) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00635/2019-70 (Recurso Interno)

Recorrente: Margaret Matos de Carvalho  
Advogados: Rudi Meira Cassel – OAB/DF n.º 22.256; Jean Paulo Ruzzarin – OAB/DF n.º 21006; Araceli Alves Rodrigues – OAB/DF n.º 26720; Marcos Joel dos Santos – OAB/DF n.º 21203; Pedro Henrique Fernandes Rodrigues – OAB/DF n.º 42.804  
Recorrido: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Objeto: Membro do Ministério Público do Trabalho. Reclamação Disciplinar n.º 1.00319/2019-99. Manifestação em rede social. Conteúdo ofensivo ao Presidente da Câmara dos Deputados.  
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves  
Origem: Distrito Federal

31) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00158/2020-03 (Processo Sigiloso)

Requerente: Jaime Romaquelli  
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso  
Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Controle do Ato nº 256/2019-PGJ. Suspensão da nomeação de Promotores para atuação na esfera judicial, através do GAECO. Proibição de atuação de membros do GAECO na fase Judicial desacompanhados do Promotor Natural. Determinação para criação de Promotorias Criminais com atribuições ao crime organizado, para atuação perante o Órgão Judicial. Pedido Liminar.  
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda  
Origem: Mato Grosso

32) Proposição nº 1.00322/2020-19

Requerente: Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Regulamentação do Regime de Plantão nos fins de semana, feriados, período noturno e em dias de ponto facultativo, no âmbito do CNMP.  
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves  
Origem: Distrito Federal

33) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00751/2020-40

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Interessado: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Objeto: Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Abuso do direito de petição. Promoção de representação disciplinar temerária em face de membro da Advocacia Geral da União. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00310/2020-67. Portaria CNMP-CN nº 48/2020.  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Distrito Federal

Processos Remanescentes

Incluído na Pauta da 18ª Sessão Ordinária de 2019 (26/11/2019)

34) Proposição nº 1.01065/2017-37

Requerentes: Erick Venâncio Lima do Nascimento; Leonardo Accioly da Silva

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Atuação dos membros do Ministério Público na responsabilização civil e penal de advogados públicos ou privados emissores de pareceres técnicos.  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 6ª Sessão Ordinária de 2021 (27/04/2021)

35) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00216/2020-53  
Requerente: Maria Elda Fernandes Melo  
Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Objeto: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Suspensão do pagamento da diferença entre o subsídio do cargo de Procurador de Justiça e do cargo de Promotor de Justiça que estejam exercendo cargos em comissão ou função de confiança na Administração Superior. Anulação da Portaria nº 98/2019/PGJ. Cumprimento da Resolução CNMP nº 09/2016. Pedido liminar.  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 10ª Sessão Ordinária de 2021 (22/06/2021)

36) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00313/2018-77  
Requerente: Associação Paraibana da Advocacia Municipalista  
Advogado: Marco Aurelio de Medeiros Villar – OAB/PB n.º 12.902  
Requerido: Ministério Público do Estado da Paraíba  
Interessados: Associação Nacional dos Procuradores Municipais; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Conselho Regional de Contabilidade do Estado da Paraíba; Federação de Associações de Municípios da Paraíba; Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional da Paraíba  
Advogados: Aristides Junqueira Alvarenga – OAB/DF n.º 12.500; Juliana Moura Alvarenga Dilascio – OAB/DF n.º 20.522; Oswaldo Pinheiro Ribeiro Junior – OAB/DF n.º 16.275; Rafael Barbosa de Castilho – OAB/DF n.º 19.979; Carlisson Djanylo da Fonseca – OAB/PB n.º 12.828  
Objeto: Ministério Público do Estado da Paraíba. Controle. Recomendações para rescisões de contratos de prestação de serviços jurídicos firmados entre sociedades de advogados e Prefeituras. Desrespeito à Recomendação CNMP nº 36/2016. Determinação para não instauração de inquéritos e/ou Ações Cíveis Públicas por haver contratos firmados entre advogados e Municípios.  
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda  
Origem: Paraíba

Incluído na Pauta da 15ª Sessão Ordinária de 2021 (18/10/2021 e 19/10/2021)

37) Proposição nº 1.01226/2021-14  
Requerente: Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de emenda regimental. Alteração do §6º, do art. 7º, e faz acréscimos ao art. 59, do RICNMP.  
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz  
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 1ª Sessão Ordinária de 2022 (08/02/2022)

38) Proposição nº 1.00540/2018-10

Requerente: Valter Shuenquener de Araújo  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Inclusão do § 5º ao art. 1º da Resolução CNMP nº 179/2017. Necessidade de aquiescência da pessoa jurídica interessada na hipótese específica de termo de ajustamento de conduta relativo a ato de improbidade administrativa.  
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa  
Origem: Distrito Federal

39) Pedido de Providências nº 1.00518/2019-06

Requerente: Nilo & Almeida Advogados Associados  
Advogado: Edvaldo Nilo de Almeida – OAB/DF n.º 29502  
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Contrato administrativo firmado entre Município de Barbacena e escritório advocatício. Propositura de ação visando à indenização advinda dos royalties de petróleo e gás natural. Recomendação expedida por representante ministerial. Rescisão de contrato. Alegação de ausência de contraditório, ampla defesa e outras irregularidades. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira  
Origem: Minas Gerais

40) Proposição nº 1.00952/2020-75

Requerente: Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Inclusão do §8º ao art. 23, da Resolução CNMP n.º 156/2016. Política de Segurança Institucional. Lapso temporal.  
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa  
Origem: Distrito Federal

41) Proposição nº 1.00271/2021-42

Requerente: Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho  
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Comissão de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Dispõe sobre regras gerais regulamentares para concursos de ingresso na carreira do Ministério Público Brasileiro, consolidando as Resoluções nº 14/2006; nº 24/2007; nº 40/2009; nº 57/2010; nº 118/2014; nº 141/2016; nº 170/2017; nº 188/2018; nº 203/2019; nº 206/2019 e a Resolução nº 219/2020; o Enunciado nº 11/2016; e as Súmulas nº 4 e nº 5, de 2018; nº 6 e nº 7, de 2018, e nº 10 de 2018, e incluindo dispositivos com teor extraído das Recomendações nº 12/2009, nº 25/2014 e nº 40/2016 e sugerido na Proposta de Resolução nº 1.01141/2018-59.  
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa  
Origem: Distrito Federal

42) Conflito de Atribuições nº 1.00681/2021-39

Requerente: Procuradoria da República – Mato Grosso  
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Mato Grosso. Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR 1.00.000.001361/2020-70. Apuração de possíveis atos de improbidade administrativa na administração dos recursos federais destinados à Secretaria Estadual de Educação para o Programa de Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica – PNAE.

Relator: Cons. Engels Augusto Muniz  
Origem: Mato Grosso

43) Consulta nº 1.01152/2021-06

Recorrente: Luciano Franca da Silveira Junior  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Consulta. Possibilidade de inscrição do membro do Ministério Público em algum conselho profissional que não seja a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. Exercício profissional concomitante e privado, desde que haja compatibilidade de horário.  
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda  
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 2ª Sessão Ordinária de 2022 (22/02/2022)

44) Proposição nº 1.01227/2021-78

Requerente: Sandra Krieger Gonçalves  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Instituição da Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Ministério Público e dispõe sobre a criação e manutenção, no âmbito do CNMP, de repositório online com dados de mulheres juristas brasileiras com expertise em diferentes áreas do Direito e que atuem em todas as áreas jurídicas – magistratura, Ministério Público, advocacia privada ou estatal, acadêmicas e servidoras públicas.  
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda  
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 3ª Sessão Ordinária de 2022

45) Reclamação Disciplinar nº 1.00711/2020-62 (Recurso Interno)

Recorrente: Novo Porto Terminais Portuários Multicargas e Logística Ltda.  
Advogado: Cesar Lourenço Soares Neto – OAB/PR n.º 29201  
Recorridos: Membros do Ministério Público do Estado do Paraná  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público do Estado do Paraná.  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Paraná

46) Proposição nº 1.00171/2022-05

Requerente: Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Enunciado. Uniformização do julgamento de Conflitos de Atribuição que digam respeito a instituições de ensino superior (a) caso a demanda verse sobre questões privadas relacionadas ao contrato de prestação de serviços firmado entre a instituição de ensino superior e o aluno, tais como inadimplemento de mensalidade, cobrança de taxas, desde que não se trate de mandado de segurança, e, (b) em caso de mandado de segurança ou de registro de diploma perante o órgão público competente ou mesmo credenciamento da entidade perante o Ministério da Educação (MEC).  
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda  
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 4ª Sessão Ordinária de 2022 (29/03/2022)

47) Reclamação Disciplinar nº 1.00844/2020-00 (Processo Sigiloso)

Requerente: Sigiloso  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Santa Catarina  
Advogado: Marcelo Ramos Peregrino Ferreira – OAB/SC n.º 12309  
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Santa Catarina; Ministério Público do Estado de Santa Catarina  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.  
Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Origem: Santa Catarina

Incluídos na Pauta da 5ª Sessão Ordinária de 2022 (19/04/2022)

- 48) Procedimento de Controle Administrativo n° 1.00474/2019-23  
Requerente: Maria Elda Fernandes Melo  
Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Objeto: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Anulação de artigos da Portaria n° 98/PGJ/2019, bem como de termos dos anexos das Portarias n° 210/PGJ, n° 314/PGJ, n° 397/PGJ e n° 482/PGJ. Designações de membro para oficial perante Promotorias de Apoio Operacional. Pedido liminar.  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Distrito Federal
- 49) Reclamação Disciplinar n° 1.00555/2019-23 (Recurso Interno)  
Recorrente: Luiz Paulo Teixeira Ferreira  
Advogada: Desiree Gonçalves de Sousa – OAB/DF n.º 51483  
Recorrido: Membro do Ministério Público Federal  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.  
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira  
Origem: Paraná
- 50) Proposição n° 1.00805/2019-07  
Requerente: Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Estruturação do processo regulatório.  
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira  
Origem: Distrito Federal
- 51) Pedido de Providências n° 1.00644/2021-11  
Requerente: Weslei Machado Alves  
Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas  
Objeto: Ministério Público do Estado do Amazonas. Ausência de controle do cumprimento do dever de residência na comarca e do dever de cumprimento do expediente ministerial no local em que sediada a Promotoria de Justiça ou da Procuradoria de Justiça.  
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima  
Origem: Amazonas
- 52) Procedimento de Controle Administrativo n° 1.01185/2021-00  
Requerente: Associação do Ministério Público do Estado do Pará  
Advogado: Daniel Konstadinidis – OAB/PA n.º 9.167  
Requeridos: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Pará; Ministério Público do Estado do Pará

Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Corregedoria Geral. Publicação de nome de membros e a descrição fática nas portarias de instauração de procedimentos administrativos disciplinares. Ausência de sigilo. Pedido liminar.  
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima  
Origem: Pará

53) Proposição nº 1.01225/2021-60

Requerente: Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Implementação de projetos de ressocialização do agressor contra a mulher e da capacitação de equipe técnica para aplicação do projeto pelo Ministério Público no âmbito das instituições públicas.  
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima  
Origem: Distrito Federal

54) Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho nº 1.01291/2021-68

Requerente: Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas  
Advogado: Carlos Nicodemos Oliveira Silva – OAB/RJ n.º 75208  
Requerido: Ministério Público Federal  
Objeto: Ministério Público Federal. Descumprimento de norma prevista na Resolução nº 23/2007. Determinação para o imediato encaminhamento do PA – OUT – 1.00.000.004076/2021-9 ao Conselho Institucional do Ministério Público Federal.  
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz  
Origem: Distrito Federal

55) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01307/2021-14

Requerente: Ulisses Moroni Junior  
Requerido: Ministério Público do Estado de Roraima  
Interessado: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Roraima  
Objeto: Ministério Público do Estado de Roraima. Controle de atos de distribuição processual do Colégio de Procuradores de Justiça. Determinação à Procuradoria Geral de Justiça e à Corregedoria Geral para que juntem a CI nº 083/2019 – CGMP, encaminhada no SEI nº 19.26.1000000.0014580/2019-89.  
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira  
Origem: Roraima

56) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00010/2022-30

Requerente: Daniel Batista Mariano  
Requerido: Ministério Público do Estado do Amapá  
Objeto: Ministério Público do Estado do Amapá. Concurso público para ingresso na Carreira. Cargo de Promotor de Justiça. Declaração de nulidade do edital de convocação da prova de títulos e entrega de documentos para inscrição definitiva.  
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa  
Origem: Amapá

57) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00147/2022-95

Requerente: Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Goiás  
Advogados: Frederico Manoel Sousa Alvares – OAB/GO n.º 51805; Augusto de Paiva Siqueira – OAB/GO n.º 51990; Analecia Hanel Rorato – OAB/GO n.º 58940  
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás  
Objeto: Ministério Público do Estado de Goiás. Recomendação n.º 2021007350580, expedida pela Promotoria de Justiça da Comarca de Santa Cruz de Goiás, ao Prefeito Municipal de Palmelo/GO. Adoção de procedimento licitatório para

contratação de serviços de assessorias jurídica e contábil para o exercício de 2022. Eventual improbidade administrativa por ocasião da contratação de escritório de advocacia. Pedido de liminar.

Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima  
Origem: Goiás

58) Conflito de Atribuições nº 1.00177/2022-29

Requerente: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul  
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio Grande do Sul. Ministério Público do Estado de São Paulo. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.34.001.010255/2021-70. Notícia de Fato nº 38.0008.0000907/2021-6. Apuração de notícia de crime contra a ordem tributária praticado, em tese, por representantes da empresa ROLLEIRA & ROLLEIRA LTDA. Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional.  
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa  
Origem: São Paulo

59) Conflito de Atribuições nº 1.00218/2022-40

Requerente: Procuradoria da República – Maranhão  
Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Maranhão. Ministério Público do Estado do Maranhão. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.19.002.000142/2021-62. SIMP nº 001993-509/2021. Apuração de existência de bingos clandestinos. Município de Aldeias Altas/MA.  
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos  
Origem: Maranhão

Incluído na Pauta da 7ª Sessão Ordinária de 2022 (10/05/2022)

60) Pedido de Providências nº 1.00272/2021-04

Requerente: Empresa Pedrosa Ltda  
Advogado: Felipe Varela Caon – OAB/SP nº 407.087  
Requerido: Procuradoria Regional do Trabalho da 6ª Região – PE  
Interessados: Chafic Krauss Daher; Leonardo Osório Mendonça; Lorena Pessoa Bravo Marostica  
Objeto: Ministério Público do Trabalho no Estado de Pernambuco. Desrespeito à Lei Geral de Proteção de Dados. Inquérito Civil nº 003084.2020.06.000/8 e nº 003110.2020.06.000/9. Requisição de dados pessoais de funcionários e ex-funcionários da requerente. Ministério Público do Trabalho da 6ª Região. Pedido liminar.  
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda  
Origem: Pernambuco

61) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00471/2021-13

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público Federal  
Advogados: Octavio Augusto da Silva Orzari – OAB/DF nº 32163; Vinicius Andre de Sousa – OAB/DF nº 60285; Pedro Machado de Almeida Castro – OAB/DF nº 26544; Bruno Henrique de Moura – OAB/DF nº 64376  
Objeto: Membro do Ministério Público Federal. Manifestação pública indevida. Utilização da rede social Twitter para proliferação de discurso de ódio, discriminação, xenofobia, expressões ofensivas em relação a Chefes de Estado, ao Diretor-Geral da Organização Mundial da Saúde e a colegas membros do Ministério Público.

Informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP 1.00304/2020-37. Portaria GAB-CSK/CNMP Nº 3/2021.

Relator: Cons. Moacyr Rey Filho  
Origem: Distrito Federal

62) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01437/2021-93 (Recurso Interno)

Recorrente: Coaracy Jose Oliveira da Fonseca  
Recorrido: Ministério Público do Estado de Alagoas  
Objeto: Ministério Público do Estado de Alagoas. Eleição para formação da lista tríplice para o cargo de Procurador-Geral de Justiça. Resolução CPJ nº 17/2021, que designou o pleito para janeiro de 2022. Alegação de irregularidades praticadas pelo atual Procurador-Geral de Justiça, em exercício de mandato remanescente. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima  
Origem: Alagoas

63) Pedido de Providências nº 1.00037/2022-05

Requerente: Isabella Regina Serra Brito Mesquita  
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás  
Objeto: Ministério Público do Estado de Goiás. Alegação de descumprimento de reserva de vagas a deficientes físicos, bem como aos requisitos de proporcionalidade e alternância na nomeação referente a concursos públicos realizados pelo Parquet estadual. Cumprimento da Resolução CNMP n.º 81/2012.  
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda  
Origem: Goiás

64) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00046/2022-04

Requerente: Luis Eduardo Grangeiro Girão  
Advogado: Mauricio dos Santos Pereira – OAB/SP n.º 261515  
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará  
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Nota Técnica n.º 0001/2022/CAOPIJ. Obrigatoriedade de vacinação de crianças de 5 a 11 anos contra a COVID-19. Alegação de violação aos princípios constitucionais da legalidade e eficiência. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos  
Origem: Ceará

65) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00058/2022-58

Requerente: Paulo César Rodrigues de Faria  
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará  
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Controle. Recomendação de obrigatoriedade de vacinação de crianças de 5 a 11 anos contra a COVID-19. Suposta violação aos princípios constitucionais. Pedido liminar.  
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos  
Origem: Ceará

66) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00094/2022-11

Requerente: Paulo César Rodrigues de Faria  
Requeridos: Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministério Público do Estado de São Paulo  
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPJ). Nota Técnica 02/2022. Vacinação de crianças de 5 a 11 anos contra a Covid-19. Recomendação de obrigatoriedade. Alegação de ausência de fundamentação legal. Pedido de



- liminar.  
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos  
Origem: São Paulo
- 67) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00103/2022-92  
Requerente: Raiff Matos Silva Vasconcelos  
Advogado: John Elyston de Souza Altmann – OAB/AM n.º 13708  
Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas  
Objeto: Ministério Público do Estado do Amazonas. Recomendação de obrigatoriedade de vacinação para crianças de 5 a 11 anos contra Covid-19. Alegação de existência de ameaças, constrangimentos e perseguições. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos  
Origem: Amazonas
- 68) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00115/2022-44  
Requerentes: Paulo César Rodrigues de Faria; Sergio Roberto Kruke da Costa  
Advogado: Paulo César Rodrigues de Faria – OAB/DF n.º 64.817  
Requeridos: Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministério Público do Estado do Amazonas  
Objeto: Ministério Público do Estado do Amazonas. Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPGE). Recomendação n.º 01/2022. Obrigatoriedade de vacinação contra Covid-19 para crianças de 5 a 11 anos. Alegação de perseguição, ameaça e constrangimento aos pais. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos  
Origem: Amazonas
- 69) Conflito de Atribuições nº 1.00289/2022-16  
Requerente: Procuradoria da República – Pernambuco  
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Pernambuco. Ministério Público do Estado de Pernambuco. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.26.004.000021/2022-47. Inquérito Civil nº 010/2014 – Autos nº 2013/1391732. Apuração de irregularidades na construção e entrega de casas populares financiadas por meio do Programa Minha Casa, Minha Vida, no Município de Granito/PE.  
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos  
Origem: Pernambuco
- 70) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00295/2022-46  
Requerentes: Carlos Eduardo Nazareth Nigro; Maria Emilia Gadelha Serra  
Advogado: Mauricio dos Santos Pereira – OAB/SP n.º 261515  
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Interessado: Ruy Fernando Anelli Bodini  
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ofício n.º 12/2022-3ª - PJ PAA Nº MP 2.0253.0000092/2022-9. Recomendação a diretores de escola. Obrigatoriedade de vacinação a crianças de 5 a 11 anos contra a Covid-19. Alegação de ilegalidade. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos  
Origem: São Paulo
- 71) Conflito de Atribuições nº 1.00341/2022-34  
Requerente: Procuradoria da República – Paraíba

Requerido: Ministério Público do Estado da Paraíba  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado da Paraíba. Ministério Público do Estado da Paraíba. Conflito negativo de atribuições. Inquérito Civil nº 1.24.003.000048/2018-38. Apuração de possíveis irregularidades na seleção dos beneficiários do programa Minha Casa, Minha Vida no Município de Santa Luzia/PB.  
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos  
Origem: Paraíba

72) Conflito de Atribuições nº 1.00357/2022-00

Requerentes: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; Promotoria de Investigação Penal de Cabo Frio  
Requerido: Procuradoria da República no Município de São Pedro da Aldeia  
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. Conflito negativo de atribuições. Procedimento MPRJ nº 2022.00282607. Procedimento 1.30.009.000249/2021-83 (PRM-SPA-RJ-00008821/2021). Apuração de pirâmide financeira envolvendo a empresa E.S.A Consultoria e Tecnologia LTDA. Comarca de Cabo Frio/RJ.  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Rio de Janeiro

73) Conflito de Atribuições nº 1.00360/2022-70

Requerentes: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; Promotoria de Investigação Penal de Cabo Frio  
Requerido: Procuradoria da República no Município de São Pedro da Aldeia  
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. Conflito negativo de atribuições. Procedimento MPRJ nº 2022.00275988 (SEI nº 20.22.0001.0018161.2022-07). Procedimento 1.30.009.000267/2021-65 (PRM-SPA-RJ-00009409/2021). Apuração de pirâmide financeira envolvendo a empresa Óregon Enterprises e Participações Financeiras Eireli. Comarca de Cabo Frio/RJ.  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Rio de Janeiro

74) Conflito de Atribuições nº 1.00375/2022-92

Requerente: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro  
Requerido: Procuradoria da República – Rio de Janeiro  
Interessados: Procuradoria da República no Município de São Pedro da Aldeia; Promotoria de Investigação Penal de Cabo Frio  
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. Conflito negativo de atribuições. MPRJ nº 2022.00265331. Notícia de Fato nº 1.30.009.000056/2022-11. Apuração de pirâmide financeira. Empresa RD Consultoria e Construtora DT LTDA. Município de Cabo Frio/RJ.  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Rio de Janeiro

Processos desta Sessão (24/05/2022)

75) Proposição nº 1.00511/2018-30 (Embargos de Declaração)

Embargantes1: Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT  
Embargante2: Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – AMPDFT  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Acrescenta o § 5º ao art. 1º, da Resolução CNMP nº 73/2011. Possibilidade do exercício das

- atividades de coaching e similares pelos membros do Ministério Público brasileiro.
- Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira  
Origem: Distrito Federal
- 76) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00961/2019-03  
Requerente: Coaracy José Oliveira da Fonseca  
Advogado: Leonardo Sales de Aguiar – OAB/PE n.º 24583  
Requerido: Ministério Público do Estado de Alagoas  
Objeto: Ministério Público do Estado de Alagoas. Afastamento cautelar de membro. Declarações em entrevistas e redes sociais. Alegação de contrariedade a dispositivos legais e constitucionais. Violação à liberdade de expressão. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira  
Origem: Pernambuco
- 77) Proposição nº 1.00180/2020-08 (Embargos de Declaração)  
Embargante: Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Regulamentação de programa de assistência à saúde suplementar para membros e servidores do Ministério Público.  
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira  
Origem: Distrito Federal
- 78) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00838/2020-72 (Embargos de Declaração)  
Embargante: Associação Mineira do Ministério Público – AMMP  
Embargado: Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Requerimento de suspensão do desconto da contribuição previdenciária sobre determinadas parcelas. Recurso à Câmara de Procuradores de Justiça. Indeferimento. Incidência da contribuição previdenciária sobre os valores pagos a título de PAE e ATS e de restituição dos valores descontados. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa  
Origem: Minas Gerais
- 79) Reclamação Disciplinar nº 1.00930/2020-79 (Embargos de Declaração)  
Embargante: Cristiano Zanin Martins  
Embargado: Membro do Ministério Público Federal  
Advogados: Andre Fonseca Roller – OAB/DF n.º 20.742; Fernando Gaião Torreão de Carvalho – OAB/DF n.º 20.800; Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF n.º 34.673  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.  
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda  
Origem: Rio de Janeiro
- 80) Pedido de Providências nº 1.00128/2021-60  
Requerentes: Associação dos Servidores do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – ASMIP e OUTROS  
Advogado: Fabio Fontes Estillac Gomez – OAB/DF n.º 34.163  
Requerido: Conselho Nacional do Ministério Público  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Regulamentação. Exercício do poder de polícia institucional no âmbito do Ministério Público brasileiro. Disposição de atribuições funcionais dos agentes e inspetores de polícia do Ministério Público.  
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima

Origem: Distrito Federal

- 81) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00664/2021-00  
Requerente: Sigiloso  
Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná  
Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Desconstituição de ato administrativo. Irregularidades na transformação de 107 (cento e sete) cargos de provimento efetivo de diversos níveis em 150 (cento e cinquenta) cargos em comissão de Assistente de Promotoria. Ausência de prévio concurso para a remoção dos cargos vagos pelas aposentadorias e exonerações de diversos servidores efetivos.  
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa  
Origem: Paraná
- 82) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.01353/2021-22 (Embargos de Declaração)  
Embargante: Alessandro Batista Ranieri  
Embargado: Procuradoria da República – Pará  
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Notícia de Fato nº 1.23.000.000885/2021-20. Apuração de supostos atos de improbidade administrativa e crimes em desfavor da Presidente do Conselho Regional de Enfermagem do Pará – COREN/PA. Alegação de inércia por parte da representante ministerial.  
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho  
Origem: Pará
- 83) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.01355/2021-30  
Requerentes: Aliança Nacional LGBTI; Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros; Caio Cesar Klein; Chimelly Louise de Resenes Marcon; Grupo de Advogados pela Diversidade Sexual e de Gênero – GADVS; Luciene Angelica Mendes; Ludmila Reis Brito Lopes  
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Interessado: Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Revisão do arquivamento da Notícia de Fato n.º 618/2021-CGMP (SEI n.º 19.16.3830.0067091/2021-80), com tramitação perante a Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Manifestação supostamente discriminatória contra a comunidade LGBTQIA+.  
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz  
Origem: Minas Gerais
- 84) Reclamação Disciplinar nº 1.00049/2022-67 (Embargos de Declaração)  
Embargante: Francisco Eugenio Coutinho do Amaral  
Advogado: Luis Carlos Parreiras Abritta – OAB/MG n.º 58.400  
Embargado: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.  
Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Origem: Distrito Federal
- 85) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00098/2022-36  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro  
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro  
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Reclamação Disciplinar nº 1.01154/2021-05. Discurso proferido em carro de som com possíveis ofensas e

juízos depreciativos que maculam a reputação profissional dos ministros do Supremo Tribunal Federal, bem como a imagem da própria Corte.

Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima

Origem: Distrito Federal

86) Pedido de Providências nº 1.00121/2022-74 (Recurso Interno)

Recorrente: Alessandro Batista Ranieri

Recorrido: Procuradoria da República – Pará

Interessado: Alan Rogerio Mansur Silva

Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Pará. Procedimento Preparatório n.º 1.23.000.000885/2021-20. Denúncia face à Presidente do Conselho Regional de Enfermagem do Pará (COREN/PA). Alegação de conduta irregular por parte do representante ministerial.

Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima

Origem: Pará

87) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00172/2022-50

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público

Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Objeto: Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Reclamação Disciplinar n.º 1.00121/2021-84. Publicação na rede social "Instagram" de imagem de capa dos autos de Representação Eleitoral, em trâmite no Tribunal Regional Eleitoral, sob sigilo de justiça. Envio de mensagem por meio do aplicativo "Whatsapp", onde o membro aparece empunhando arma de fogo em sua foto de perfil. Possível intimidação a advogado.

Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima

Origem: Distrito Federal

88) Conflito de Atribuições nº 1.00179/2022-36

Requerente: Procuradoria da República – Rio de Janeiro

Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato 1.30.001.004189/2021-48. Apuração de ocorrência de crime capitulado no art. 299, do Código Penal. Obtenção de Carteira de Trabalho mediante apresentação de certidão de nascimento falsa.

Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa

Origem: Rio de Janeiro

89) Conflito de Atribuições nº 1.00307/2022-88

Requerente: Procuradoria da República – Ceará/Maracanaú

Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará

Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Ceará. Ministério Público do Estado do Ceará. Conflito negativo de atribuições. Inquérito Civil nº 1.15.000.000583/2020-42. Apuração de irregularidades na gestão dos Contratos de Rateio nºs 002 ao 09, todos do ano de 2017, firmados com o Município de Maracanaú/CE e o Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Maracanaú (CPSMM).

Relator: Cons. Antônio Edílton Magalhães Teixeira

Origem: Ceará

90) Proposição nº 1.00409/2022-20

Requerente: Moacyr Rey Filho

Interessado: Comissão de Planejamento Estratégico

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Alteração do art. 22 e do Anexo I da Resolução nº 147/2016. Planejamento Estratégico Nacional do Ministério Público. Diretrizes para o planejamento estratégico do Conselho Nacional do Ministério Público, das unidades e ramos do Ministério Público.

Relator: Cons. Engels Augusto Muniz

Origem: Distrito Federal

91) Conflito de Atribuições nº 1.00426/2022-59

Requerente: Procuradoria da República – Rio de Janeiro

Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público do Estado de São Paulo. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato 1.34.001.010598/2021-34. Inquérito Civil nº 14.0695.0001011/2019. Apuração de supostos atos de improbidade administrativa cometidos pelo Secretário de Cultura do Estado de São Paulo. Representação ofertada pela Associação Paulista de Cineastas – APACI.

Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira

Origem: São Paulo

92) Conflito de Atribuições nº 1.00467/2022-90

Requerente: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

Requerido: Ministério Público Federal

Interessado: 9ª Promotoria de Justiça Junto à Vara de Execução Penal

Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público Federal. Conflito negativo de atribuição. Procedimentos MPRJ nº 2022.00024451 e 2022.00024448. Atuação em processos de execução de Acordos de Não Persecução Penal – ANPP, homologados pelo juízo eleitoral. 204ª Promotoria Eleitoral. 9ª Promotoria de Justiça junto à Vara de Execução Penal.

Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Origem: Rio de Janeiro

93) Proposição nº 1.00477/2022-35

Requerente: Rinaldo Reis Lima

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Recomendação aos ramos e às unidades do Ministério Público quanto à adoção de medidas que promovam a busca ativa escolar e a recomposição de aprendizagens, considerando os prejuízos advindos da pandemia da COVID-19, ao asseguramento do direito à educação de crianças e adolescentes, jovens e adultos.

Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Origem: Distrito Federal

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS  
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público